

A conquista da opinião pública como fator de êxito nas ações militares durante as operações de garantia da lei e da ordem: um estudo a partir das Operações Arcanjo e São Francisco

João Paulo de Andrade Barroso*

Introdução

A opinião pública é um aspecto de grande influência nas operações militares dentro do ambiente operacional moderno. Esse ambiente é composto pelas dimensões física, humana e informacional e possui como uma de suas características a sensibilidade ao posicionamento da opinião pública (nacional e internacional) quanto ao emprego de tropas em operações militares de toda ordem. Além disso, as ações dentro do cenário atual implicam maior visibilidade imposta pelas mídias e empregam a informação como arma, afetando o poder de combate dos beligerantes (BRASIL, 2014).

As tropas do Exército Brasileiro podem ser empregadas em *operações ofensivas, defensivas ou em cooperação e coordenação com agências*. Esta última ocorre, normalmente, em situações de não guerra e incluem as *operações de garantia da lei e da ordem (GLO)*. Destacam-se como características dessas operações o ambiente complexo em que ocorrem e uma maior interação com a população, em que o fator de decisão com considerações civis se reveste de maior importância (BRASIL, 2017b).

Ao longo do século XXI, ocorreram inúmeros casos de emprego de militares do Exército Brasileiro dentro do território nacional em operações de GLO. À medida que órgãos de segurança pública (OSP) de determinados estados da federação demonstravam suas incapacidades diante de severas ameaças a suas populações, a

solicitação de emprego de tropas federais veio crescendo progressivamente. Além disso, o Brasil sediou eventos de grande importância no cenário mundial, como a Rio +20, em 2012, a Jornada Mundial da Juventude, em 2013, a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016. Em todas essas ocasiões, ocorreram empregos de tropas federais em operações de GLO (FORÇAS ARMADAS, 2019).

Além dessas, foram desenvolvidas operações de GLO nos anos de 2002, 2004, 2006, 2008, 2010 e 2012 para garantir a segurança das eleições nacionais. Em abril de 2006, mais uma operação, em Tucuruí, no Pará, para proteção da usina hidrelétrica daquela cidade, que havia sido invadida por integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens. Nos anos de 2011 e 2012, isso se repetiu para garantir a segurança da população dos Estados da Bahia, Maranhão, Ceará e Rondônia, que sofriam com greves de seus OSP. Entre 2010 e 2012, desencadeou-se a Operação Arcanjo, nas comunidades do Complexo da Penha e Alemão, e, entre 2014 e 2015, a Operação São Francisco, no Complexo da Maré, ambas no Rio de Janeiro e com objetivos de preservação da ordem pública nas regiões de atuação (FORÇAS ARMADAS, 2019).

Essas duas últimas operações de GLO em que atuaram militares do Exército Brasileiro sintetizam o complexo ambiente operacional da atualidade, em que as unidades militares empregadas devem contar com capacidades específicas e armas de letalidade seletiva, pois os *agentes perturbadores da ordem pública (APOP)* a

* Maj Cav (AMAN/2002, EsAO/2011). Atualmente, é aluno do 2º ano da ECEME.

serem neutralizados estão misturados às populações locais (BRASIL, 2017a).

No que diz respeito à dimensão física, o terreno nos Complexos da Maré, Penha e Alemão dificulta as operações militares, pois a aglomeração de casas e barracos em uma área delimitada por ruas e vielas propicia inúmeros esconderijos de marginais, vias de acesso para rotas de fuga e torna a orientação extremamente difícil para elementos estranhos à região (LIMA, 2012).

A situação é ainda mais complexa no que diz respeito à dimensão humana. São áreas densamente povoadas, onde os serviços públicos do Município do Rio de Janeiro não chegam ou ocorrem de maneira precária. Somente no Complexo da Penha, existe uma população de mais de 180.000 habitantes e cerca de 58.000 moradias. Os índices de desenvolvimento social (IDS) dessas comunidades – que contabilizam aspectos de redes de água e esgoto, coleta de lixo, número de banheiros por morador, tempo de estudo, analfabetismo e renda – é muito baixo. No Complexo do Alemão, esse índice alcança 0,474, enquanto o bairro da Lagoa, na zona sul da cidade, atinge 0,854. Teoricamente, a situação ideal é 1,0. A maioria massiva dos moradores dessas áreas é composta por indivíduos honestos e trabalhadores, mas os principais marginais de organizações criminosas do Rio de Janeiro também estão aí homiziados. Estima-se que, só no Complexo do Alemão, estejam vivendo por volta de 500 traficantes da facção criminosa Comando Vermelho (LIMA, 2012).

Na dimensão informacional, verifica-se, nesses dois complexos de comunidades cariocas, o mesmo fenômeno que acomete o restante do mundo. A revolução dos meios de comunicação e tecnologias de informação afetaram o tecido de uma sociedade que se insere em um novo período de evolução, denominado Era da Informação. As instituições, incluindo o Exército Brasileiro, e suas ações, ganham muito mais visibilidade nos dias de hoje, pois novos mecanismos, como a internet, possibilitam o tráfego praticamente instantâneo de informações. Os grupos criminosos também fazem uso dessa revolução tecnológica a seu favor, assim como o fazem os terroristas do Estado Islâmico, que revolucionaram o terrorismo global fazendo uso de ferramentas digitais para cooptar membros e divulgar seus atentados (ALVES, 2019).

Ainda nesse sentido, os elementos contrários ao emprego de tropas nas operações de GLO, cientes da importância da informação, podem filmar e fotografar as ações, manipulando os dados a seu favor e prejudicando o sucesso das operações, além de comprometer a imagem da Força Terrestre junto à Nação (BRASIL, 2014).

Portanto, a capacidade de coletar, controlar, processar, explorar e proteger informações é de grande importância em operações dessa natureza, em que a dimensão informacional é revestida de grande relevância no espaço de batalha (BRASIL, 2014).

Outro fator de destaque em relação à opinião pública durante as Operações Arcanjo e São Francisco foi a atuação das mídias tradicionais. As revistas, jornais e canais de televisão dominam a pauta de notícias no País e são os principais veículos de comunicação com a sociedade. Nesse sentido, são importantes difusores do pensamento dominante e influenciam na formação do senso comum (ALVES, 2019).

A divulgação de notícias negativas da atuação das tropas, como a que militares do exército estariam envolvidos em abusos, tipo invasões de domicílio, danos ao patrimônio, revista de crianças e verificação de telefones celulares durante a Operação São Francisco, podia alterar a percepção que a sociedade tinha da realidade e prejudicar os resultados da missão (PRADO, LANNON, MARTINS, 2018).

O controle da narrativa deve ser uma preocupação constante nas operações militares, em especial nas de GLO, nas quais o aspecto humano cresce de importância e se torna muito mais sensível a possíveis efeitos colaterais decorrentes das ações empreendidas pelas tropas do Exército Brasileiro. O controle da narrativa vai influenciar a opinião pública, que deve permanecer sempre favorável ao poder militar, sob risco de se perder a liberdade de ação na área de operações ou, até mesmo, ser derrotado pelos oponentes (BRASIL, 2014).

Diante disso, houve dificuldade em obter o controle da narrativa nas operações de garantia da lei e da ordem, em especial naquelas conduzidas em áreas dominadas pelo crime organizado. Ademais, notou-se a importância das mídias tradicionais nesse cenário, que,

por diversas vezes, dificultaram a obtenção de uma opinião pública favorável às operações militares.

A Operação Arcanjo

Uma onda de violência atingiu a cidade do Rio de Janeiro em novembro de 2010. No dia 20 daquele mês, criminosos promoveram um *arrastão* na BR-116, matando a tiros um motorista de ônibus. No dia 21, seis homens portando fuzis abordaram três automóveis na Linha Vermelha e incendiaram dois deles. Na jornada seguinte, dia 22, uma cabine da polícia militar na Linha Amarela foi atacada com rajadas de tiros por criminosos que trafegavam em dois veículos em alta velocidade. Em 23 de novembro, outra cabine policial foi alvo de ataques com tiros de bandidos no bairro do Irajá. As ações criminosas prosseguiram ainda por mais quatro dias, com queima de carros em vias públicas e ameaças de novos ataques a instalações policiais (LIMA, 2012).

A situação decorrente das ações dos marginais provocou graves problemas à circulação de pessoas no Rio de Janeiro. Tais fatos fizeram com que o governador do estado solicitasse ao presidente da República o emprego das Forças Armadas para atuar no combate aos traficantes. No dia 26 de novembro de 2010, foi estabelecida a Força-Tarefa Chivunk, com militares da Brigada de Infantaria Paraquedista, para realizar o cerco ao Complexo do Alemão. Mais tarde, no dia 23 de dezembro do mesmo ano, foi assinado um acordo entre o Ministério da Defesa e o governo do Rio de Janeiro para a criação de uma Força de Pacificação (F Pac), que atuou nos Complexos do Alemão e Penha (LIMA, 2012).

As F Pac se inspiraram no modelo de emprego de tropas brasileiras no Haiti e foram adotadas pela primeira vez em território nacional por ocasião da Operação Arcanjo. Ao todo, foram empregadas, durante a operação, sete forças de pacificação, constituídas por diferentes contingentes, que se revezavam a cada três meses, até junho de 2012, quando as Forças Armadas encerraram a missão. O efetivo de militares que atuaram em cada F Pac foi de aproximadamente 1.500 homens e teve um custo de mais de 130 milhões de reais, segundo o Ministério da Defesa (LIMA, 2012).

Assim que se iniciou a atuação das Forças Armadas nos Complexos do Alemão e da Penha, os indicadores de criminalidade da região apresentaram significativa queda. Tal fato pode ser constatado na tabela abaixo, relativo à Operação Arcanjo IV:

INDICADOR ESTRATÉGICO	28 NOV 09 a 27 NOV 10	28 NOV 10 a 23 NOV 11	Diferença	
			Absoluto	%
Homicídio doloso	121	110	-11	-9,1
Latrocínio	10	6	-4	-40,0
Resistência com morte do opositor	73	25	-48	-65,8
Lesão corporal seguida de morte	4	0	-4	-100,0
Letalidade violenta (homicídio+latrocínio+auto de resistência+lesão seguida de morte)	208	141	-67	-32,2
Roubo de veículo	1.560	1.047	-513	-32,9
Roubo de aparelho celular	571	367	-204	-35,7
Roubo a transeunte	3.016	2.183	-833	-27,6
Roubo em ônibus	411	286	-125	-30,4
Roubo de rua (transeunte+celular+coletivo)	3.998	2.836	-1162	-29,1

Tabela 1 – Índices de violência antes e depois da Operação Arcanjo IV

Fonte: Gomes, 2016

Com o passar do tempo, no entanto, os moradores da área ocupada pelas tropas não tiveram atendidas suas expectativas quanto à melhoria das condições de urbanização da comunidade. Além disso, alguns infortúnios causados pelas operações, como danos a veículos, pontos de bloqueios em ruas e outros, provocaram algum desgaste na imagem da Força Terrestre. Somente no quarto contingente foi criada uma célula de assuntos civis na F Pac para tratar problemas dessa natureza, entre militares e civis, e convergir esforços na missão de pacificação da região (MENDES, 2012).

Dessa forma, embora os resultados dos índices de criminalidade fossem favoráveis, a permanência duradoura da tropa e os danos colaterais das operações geraram alguns efeitos negativos na opinião pública. Ao término da Operação Arcanjo, uma pesquisa de campo realizada por especialistas ouviu 506 pessoas das comunidades dos dois complexos, entre as quais 90% possuía o ensino médio e apenas 4% o ensino superior. Ao final da pesquisa, era franqueado ao entrevistado acrescentar algum comentário adicional. Respostas como “Por mim, o Exército não estaria na rua”, “Nada além da confusão do Exército”, “Sofri ato de hostilidade e ameaça sem causa por parte dos militares do EB e me sinto desamparada e desassistida” e “Alguns soldados do Exército achacam os condutores de motos

pedindo dinheiro quando os condutores cometem alguma infração” foram emitidas (LIMA, 2012).

Verifica-se, portanto, que a opinião pública pode impactar a reputação das tropas em operações. Segundo Mendes (2012), a integração entre a população e as forças militares que cumprem a missão de GLO é fundamental para o êxito da operação. A tropa deve estudar e refletir sobre a cultura e o modo de viver da população, atuando em conjunto com ela para que atinjam os mesmos objetivos.

A Operação São Francisco

O Complexo da Maré é o maior conjunto de favelas do Rio de Janeiro e está situado às margens da Baía de Guanabara, entre as principais vias de acesso da cidade, ou seja, Linha Vermelha e Avenida Brasil. Além disso, está na rota de passagem para o Aeroporto Internacional Tom Jobim (Galeão), um dos mais importantes do País. A região abriga cerca de 140 mil habitantes e, em 2014, foi a área de operações de mais uma força de pacificação das Forças Armadas (SOUZA, 2014).

A região sofria com a disputa entre quatro facções criminosas pelo mercado das drogas. O Comando Vermelho (CV), o Terceiro Comando (TC), os Amigos dos Amigos (ADA) e a Milícia promoviam severas violações aos moradores locais e prejudicavam sobremaneira a circulação nessa área da cidade. A iniciativa do governo do estado em instalar, em 2013, na Maré, unidades de polícia pacificadora (UPP). A necessidade de reduzir os índices de criminalidade por causa da proximidade da Copa do Mundo de Futebol, em 2014, fizeram com que o governador Sérgio Cabral solicitasse a intervenção das Forças Armadas (SILVA, 2017).

Nesse contexto, o presidente da República, por meio do Ministério da Defesa, autorizou o emprego de tropas no Complexo da Maré em abril de 2014. A operação denominada São Francisco determinava o emprego de militares das Forças Armadas em GLO para cooperar com o processo de pacificação da região. Foram mobilizados 7 contingentes, que atuaram de forma conjunta com outros órgãos governamentais por um período de 14 meses.



Figura 1 – Área de Operações da Maré
Fonte: Prisco, 2015

De acordo com a assessoria de comunicação social do Ministério da Defesa (ASCOM), os resultados alcançados pela Operação São Francisco foram relevantes no que diz respeito aos índices de criminalidade da região. A taxa de homicídios na Maré caiu de 21,29 para 5,33 mortes por 100 mil habitantes durante a presença das tropas nas comunidades. Foram realizadas 807 prisões, 58 apreensões de armas, 13 mil atendimentos em ações sociais e 3 mil atendimentos ao Disque-Pacificação. Ao todo, participaram da missão cerca de 20 mil militares distribuídos nos 7 contingentes que atuaram na F Pac.

A despeito dos resultados militares, no entanto, a ocupação da Maré pelas tropas federais por 14 meses não gerou impacto suficiente na melhoria das condições de oferta de segurança para a população local. Em pesquisa realizada ao término da missão, constatou-se que aproximadamente metade dos habitantes da área de operações avaliou a atuação da F Pac como regular (SILVA, 2017).

Portanto, assim como aconteceu na Operação Arcanjo, percebe-se o emprego tardio de recursos humanos destinados à conquista do apoio da população. Na Operação São Francisco, isso só ocorreu de maneira apropriada a partir do VI contingente. Nos desdobramentos anteriores da F Pac, os efetivos da célula de comunicação social eram bastante limitados (PRISCO, 2015).

A opinião pública e as operações de informação

O conceito de opinião pública deve utilizar aspectos das ciências políticas, sociologia, antropologia, comunicação, economia e psicologia social, sob risco de se cometer um reducionismo na tentativa de enfatizar determinada ciência. Uma definição que abarque todas essas

áreas do conhecimento pode ser, portanto, aquela que considere todo fenômeno que, tendo origem em um processo de discussão coletiva e que se refira a um tema de relevância pública, esteja sendo expresso publicamente, seja por sujeitos individuais ou em manifestações coletivas (FIGUEIREDO, CERVELINE, 2000).

A opinião pública está intimamente ligada ao advento das comunicações de massa. A evolução dos meios de comunicação frutos da revolução industrial, a expansão do comércio mundial e a formação de sociedades democráticas com liberdade de expressão contribuíram para a consolidação da opinião pública. Os meios de comunicação de massa atualmente existentes permitem à sociedade informar aos governos sobre as repercussões de seus atos, conferindo às mídias uma importância destacada nas sociedades complexas (FERREIRA, 2015).

Segundo o manual do Exército Brasileiro EB-20-MF-03.103, *Comunicação Social*, a opinião pública pode ser conceituada como o conjunto de opiniões individuais sobre um mesmo fato, em um determinado momento e que pode ser medido cientificamente por meio de pesquisa. Ainda nesse documento, é estabelecido como missão da comunicação social a preservação e fortalecimento da imagem do Exército junto à comunidade nacional e internacional, tendo como um dos preceitos a promoção do aumento do poder de combate da Força Terrestre, evitando erros de entendimento e percepção dos públicos interno e externo. As atividades de comunicação social no Exército Brasileiro são divididas em relações públicas, assessoria de imprensa e divulgação institucional.

As mídias têm função essencial na construção da opinião pública, pois grande parte da população atribui veracidade às notícias divulgadas pelos meios de comunicação. Nesse sentido é que elas podem ser consideradas armas a serem utilizadas pelos atores dos conflitos armados, tal o seu poder diante da sociedade. Foi nesse contexto que, durante a Segunda Guerra Mundial, as ideologias extremistas (nazismo e fascismo) fizeram largo emprego desse recurso, de modo a ganharem cada vez mais adeptos. Do mesmo modo, os EUA utilizavam as mídias para enfraquecer as lideranças dessas ideologias, como, por exemplo, o filme *O Grande Ditador*, em que o personagem principal, vivido pelo ator Charles Chaplin, satirizava a figura do líder nazista Adolf Hitler (FORNER, SILVA, 2013).

Assim, a opinião pública pode ser considerada um ponto decisivo nas operações de GLO contemporâneas. A sociedade é cada vez mais influenciada pelos meios de comunicação, atribuindo à dimensão informacional do ambiente operacional destacada importância. As organizações criminosas e os opositores (estatais ou não) da Força Terrestre podem e usam a informação para obterem vantagens nessa dimensão do ambiente operacional (BRASIL, 2014).

Dessa forma, as *operações de informação* podem influenciar sobremaneira os resultados das operações. O Brasil, no entanto, emprega essa doutrina de maneira limitada, principalmente no nível operacional. É necessário que as Forças Armadas apliquem uma visão mais integradora das capacidades de Inteligência, Operações Psicológicas, Comunicação Social e Defesa Cibernética (CORRÊA, 2012).

Conclui-se, parcialmente, que, diante do cenário apresentado no interior das comunidades em que foram desenvolvidas as ações de GLO, as operações de informação poderiam melhorar a opinião pública da população local em relação ao emprego das tropas. Essa atividade, no entanto, deve ser realizada por meio de planejamento antecipado e pessoal qualificado, pois a atuação militar na dimensão humana demanda estudo e vocação, além de concorrer com oponentes já habituados a desenvolver essa atividade.

Os óbices para obtenção da opinião pública favorável

A opinião pública pode ser considerada um fenômeno originado de uma discussão coletiva, sobre um tema de relevância para uma sociedade, e que seja publicamente expressa, ou por indivíduos, ou em manifestações coletivas. A expressão “opinião pública” ganhou familiaridade para os brasileiros nos últimos anos, quando apareceram com frequência em jornais, revistas, rádios e televisões diversos resultados de pesquisas de opinião sobre os mais diversos temas (FIGUEIREDO, CERVELINE, 2000).

A palavra “mídia” aparece recentemente nas pesquisas em comunicação no Brasil e, a partir dos anos 1990, passou a ser amplamente empregada. Em muitas publicações, esse termo aparece se referindo à imprensa,

grande imprensa, jornalismo, meio de comunicação ou veículo, sendo muitas vezes utilizado no plural, “mídias” (GUAZINE, 2007).

A origem da palavra “mídia” se encontra no latim. Ela é o plural do termo *médium*, que significa “meio”, e foi adotada pelos americanos como “*media*” e, posteriormente, aporuguesada. A função da mídia é propor formas para que a mensagem chegue ao seu público-alvo, empregando, para isso, os diversos meios de comunicação existentes atualmente (DUGUAY, 2019).

Nesse contexto, a mídia exerce influência na formação da opinião pública. Muitas emissoras de televisão, jornais, rádios, entre outros, divulgam certas notícias de maneira enfática, e acabam por influenciar muitos eventos na sociedade. Atualmente, com o processo de globalização, parece haver uma homogeneização das informações, isto é, todos os noticiários transmitem, praticamente, a mesma informação (VESTENA, 2008).

É possível perceber, nos dias de hoje, uma inter-relação entre os líderes de opinião, meios de comunicação e público. A complexa ligação desses elementos é que fornece informações à opinião pública, denotando o papel fundamental da mídia nesse processo, conforme se percebe na **figura 2** (VESTENA, 2008).

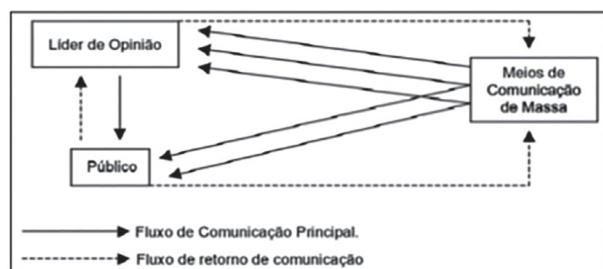


Figura 2 – Relação entre mídia e opinião pública
Fonte: Modelo de fluxos de comunicação social (CORRÊA, 1993), adaptado de Dumazeider (1973)

Os meios de comunicação de massa atuais estão altamente comprometidos com ideologias políticas e interesses econômicos. A “grande mídia” adotou a mentira como norma em busca de favorecimentos, interesses e poder. A maneira como as manchetes são manipuladas influenciam o leitor na construção de conceitos e imagens sobre pessoas, empresas e instituições públicas. A mídia brasileira está saturada de mentiras, informações fabricadas ou meias-verdades, tornando a opinião pública caótica e dirigida, sem bases de informação reais e confiáveis. (FIASCHITELLO, 2019)

O principal óbice, portanto, para a obtenção de uma opinião pública favorável durante as operações de GLO é a existência de uma imprensa comprometida com ideologias políticas ou interesses econômicos. Apesar de resultados significativos no campo da segurança pública nas Operações Arcanjo e São Francisco, a imprensa publicou inúmeras notícias negativas sobre a atuação das Forças Armadas durante essas ações de GLO. Todas elas foram formuladas de maneira a denegrir a imagem positiva que as três forças detêm no âmbito da população nacional.

Na **figura 4** se observa uma manchete publicada na página digital da revista *Exame*. A reportagem foi retirada originalmente do *site* da Agência Pública e seu conteúdo trata das mortes supostamente ocasionadas por tropas federais durante as operações de GLO desde o ano de 2010, entre as quais se incluem as Operações Arcanjo e São Francisco. Ao longo da reportagem, constata-se que ocorreram, nesse período, 32 mortes com envolvimento de militares, sendo 29 membros do Exército Brasileiro.

O próprio texto destaca que a maioria das mortes foram consequências de confrontos com criminosos, o que já justificaria a existência dessas baixas. O objetivo da matéria, no entanto, é insinuar que ocorreram mortes de indivíduos inocentes, como a de um adolescente de 15 anos durante a Operação Arcanjo, e denegrir os resultados positivos alcançados. O menino, segundo a família, teria sido atingido quando estava em uma praça, mas o Comando do Exército não registra essa baixa em seus relatórios.

Exército é acusado de matar inocentes em operações de segurança pública

Investigamos o “efeito colateral” das operações de Garantia da Lei e da Ordem; Forças Armadas estão ligadas a morte de pelo menos 32 pessoas desde 2010

Figura 3 – Notícia sobre mortes nas operações de GLO
Fonte: Viana, 2018

Outras baixas ocorreram, segundo a reportagem, em situações semelhantes e em outras operações de GLO, mas nenhuma delas está registrada em relatórios oficiais do Exército, e se baseiam em relatos de supostos moradores e familiares contactados por responsáveis pela reportagem. Além disso, no texto exibido pelo *site* da *Exame*, a Operação São Francisco é tratada

com um “fiasco”, e informa, de maneira equivocada, que o conceito de *agentes perturbadores da ordem pública* (APOPs) se refere aos elementos mortos pelos militares, materializando a total falta de comprometimento com a verdade desse órgão de imprensa.

Outro exemplo de manchete tendenciosa (figura 4) se refere à morte de um indivíduo que entrou em confronto com as F Pac durante a Op São Francisco. Ela informa que um homem foi fatalmente atingido após abrir fogo contra uma patrulha do Exército na região de Vila do Pinheiro, no Complexo da Maré. Ele portava, ainda, um rádio transmissor e cartuchos de calibre 9mm. O fato, portanto, é que um criminoso atacou uma fração das F Pac e foi neutralizado dentro das regras de engajamento previstas. A notícia, no entanto, influencia o leitor a acreditar que houve um excesso por parte dos militares que provocaram a morte de um cidadão comum e revolta nos moradores, omitindo a verdadeira situação desse indivíduo.

Homem morre em confronto com o Exército na Maré, Rio

Força de Pacificação completa uma semana de ocupação neste sábado (12). Em protesto, grupo fechou parcialmente Linha Amarela, que já foi liberada.

Figura 4 – Notícia sobre mortes na Operação São Francisco
Fonte: G1, 2014

Mantendo sua linha tendenciosa, o mesmo *site* de notícias da figura 4 publicou mais uma reportagem relativa ao incidente narrado. Desta vez, a manchete informou que os militares compareceram à delegacia para prestarem esclarecimentos do fato e se referiu ao criminoso morto como “um jovem residente da comunidade”. A informação postada de que os militares compareceram à delegacia busca caracterizá-los como culpados de um crime. A verdade, porém, é que os integrantes da F Pac foram vítimas de uma ação de ataque por parte de criminosos locais.

Militares vão à delegacia após confronto e morte na Maré, no Rio

Jovem foi baleado em operação da Força de Pacificação na comunidade. Após a troca de tiros, soldados foram prestar depoimento na 21ª DP.

Figura 5 – Notícia sobre morte de jovem na Operação São Francisco
Fonte: G1, 2014

Percebe-se claramente a falta de interesse da mídia brasileira em apoiar as ações militares durante as operações de GLO. Nessa situação, a atuação da imprensa se reveste de papel fundamental para o êxito das operações, corroborando com o que afirmou o chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Sérgio Etchegoyen, durante uma entrevista coletiva em 2017:

Existem dois fatores críticos para o sucesso disso: a adesão da sociedade no Rio de Janeiro e a compreensão que a mídia terá do que será feito. Isso é fundamental porque vamos ter insucesso, vamos ter incidentes. Estamos numa guerra. Vai acontecer, é previsível que aconteçam coisas indesejáveis, inclusive injustiças. Mas ou a sociedade quer ou não quer.

O manual de campanha EB20 – MC – 10.213, *Operações de Informação*, afirma que equipes de Op Info podem atuar em nível tático, integrando, junto com os especialistas necessários, a 8ª seção do estado-maior do comando enquadrante. Essa célula deve planejar, coordenar, controlar e supervisionar as ações de Op Info na área de operações, e possui representantes de diversos setores que podem contribuir com os objetivos relacionados à informação, conforme se percebe na figura 6:



Figura 6 – Célula de operações de informação de um comando tático
Fonte: Brasil, 2014b

Outro grande óbice, porém, para a conquista da opinião pública nas operações de GLO é a falta de atenção às operações de informação dispensada pelos

chefes militares nessas ocasiões. A maioria deles, graças ao ceticismo e ortodoxia de suas formações, não está habituada às características da guerra de 4ª geração, em que os objetivos psicológicos são prioritários em relação aos objetivos físicos (VISACRO, 2009).

Tal fato foi claramente identificado nas Operações Arcanjo e São Francisco, nas quais equipes destinadas a planejar e conduzir as operações de informações foram mobiliadas tardiamente ou de forma insuficiente.

No caso das tropas no Complexo do Alemão, somente no IV contingente as equipes destinadas a realizarem as operações de informação foram dotadas de uma célula de assuntos civis. Ou seja, após quatro rodízios entre as F Pac é que equipes vocacionadas a estabelecerem uma ligação entre militares e civis foi constituída como parte integrante do contingente que atuava na área de operações (MENDES, 2012).

Segundo Mendes (2012), somente a partir da Op Arcanjo II se notou a necessidade de priorizar esforços para assegurar que o maior número possível de instituições e pessoas tivesse interesses na pacificação dos complexos da Penha e do Alemão. O emprego de operações psicológicas nesse cenário angariou simpatizantes à causa da F Pac, mostrando à sociedade e aos moradores os benefícios da presença do Exército Brasileiro na região.

Nas F Pac atuantes no Complexo da Maré, durante a Op São Francisco, a situação foi semelhante. Somente no VI contingente houve a adjudicação de recursos humanos adequados para o cumprimento de tarefas de comunicação social. Nos demais efetivos, a célula de Com Soc possuía efetivo reduzido para atender à imensa demanda desse setor das Op Info, comprometendo uma conquista mais eficaz da opinião pública (PRISCO, 2015).

Observou-se uma difusão limitada na doutrina de Op Info dentro da Força Terrestre nos níveis táticos, estratégicos e operacionais. A inclusão desse assunto nas doutrinas militares convencionais é uma realidade na maior parte das forças armadas ocidentais do globo. Assim, o Brasil vem buscando integrar as Op Info às operações militares, ajustando suas estruturas atuais ou criando estruturas, com o objetivo de vencer esse desafio dos conflitos modernos (CORRÊA, 2012).

Nos anos 1990, a Internet deixou de ser um privilégio de um grupo pequeno de fanáticos por computadores para se tornar um item de consumo de massa. Durante esse processo, ela vem revolucionando o setor de mídias, pois deixou de ser um simples canal de texto para se consolidar com serviços digitalizados de impressos, áudio e vídeos. Dessa maneira, ela representa um desafio às mídias tradicionais (DIZARD, 2000).

Diante desse novo panorama tecnológico, as televisões e jornais impressos vêm perdendo cada vez mais audiência para mídias alternativas. A Internet oferece uma maior amplitude de informações e entretenimento ao público em geral. Prova disso é que, nos últimos anos da década de 1990, nos Estados Unidos, o acesso a jornais diários por adultos diminuiu de cerca de 78% para menos de 60% (DIZARD, 2000).

As novas mídias digitais são utilizadas por um número cada vez maior de indivíduos com o intuito de divulgar pessoas e/ou ideias por meio de *blogs*, páginas pessoais, *sites* de vídeos etc. Tal fato tem transformado as relações entre meios, sociedade e geração de sentido, aspectos indispensáveis no processo de geração e circulação da comunicação. Como exemplo, esse fenômeno pode ser claramente constatado nas eleições presidenciais do Irã em 2009. Os opositores de Mahmoud Ahmadinejad utilizaram diversas postagens em *e-mails*, *Twitter*, *YouTube* e mensagens de celular para atacar o governo, denunciando seus abusos ao mundo por meio dessas ferramentas. Os grandes veículos de informação foram obrigados a recorrerem a esses meios para obterem e divulgarem as notícias referentes às eleições nesse país durante essa ocasião (ARAÚJO NETO, 2009).

As comunidades do Rio de Janeiro estão inseridas nesse processo de transformação das comunicações. No Complexo da Maré, por exemplo, onde ocorreu a Operação São Francisco, existe o canal de mídia comunitária *Maré Vive*. Segundo sua página no *Facebook*, o canal se destina à atividade jornalística na comunidade e utiliza, como fonte de informação, os próprios moradores. Afirma que os veículos de mídias tradicionais só divulgam aspectos negativos da favela. Em sua página, encontra-se em destaque o *slogan*: “Pelo fim do racismo, da militarização e do genocídio”.

A necessidade de informação da sociedade atual atrelada à facilidade de manuseio das mídias digitais

têm provocado uma crise informacional no mundo moderno. Não existe mais um controle sobre o que é produzido, sendo constante a divulgação de notícias falsas, mais conhecidas pelo termo “*fake news*”. Redes sociais como *WhatsApp* e *Twitter* contribuíram para elevar a velocidade com que as informações circulam. Devido ao grande número de usuários, no entanto, torna-se impossível a verificação da origem e da veracidade das informações compartilhadas (CARVALHO, MATEUS, 2018).

Além disso, uma pesquisa realizada pela Universidade de Columbia e pelo Instituto Nacional Francês, utilizando um conjunto de tecnologias que registra o movimento dos olhos, levantou que 59% de *links* compartilhados em redes sociais não são abertos. Dessa maneira, uma manchete bem elaborada já seria o suficiente para garantir um engajamento, fato que facilita a elaboração de notícias falsas (CARVALHO, MATEUS, 2018).

A ampla utilização de mídias alternativas dificulta, portanto, o controle da produção e divulgação de notícias. Esse aspecto se fez presente nas operações de GLO nos complexos da Maré, Alemão e Penha, onde moradores orientados por integrantes do crime organizado se utilizavam dessa ferramenta para confundir a opinião pública e enfraquecer a atuação das Forças Armadas nessas regiões.

Logo, é possível afirmar que as operações de informações podem utilizar esses recursos para mitigar efeitos colaterais das ações militares e potencializar os resultados positivos alcançados. Por meio de pessoal especializado, utilizando os recursos diversos de tecnologia da informação, os militares da célula de Op Info de um comando tático podem influenciar a opinião pública de um determinado ambiente operacional.

Conclusão

A opinião pública vem ganhando protagonismo no ambiente operacional contemporâneo, no qual as ameaças se tornam cada vez mais difíceis de serem identificadas e as tropas necessitam de legitimidade para suas ações. As operações militares desenvolvidas em áreas humanizadas e o advento de novas tecnologias de informação colocam a opinião pública como um dos *centros de gravidade* dos conflitos modernos, atribuindo

menos importância ao componente físico do campo de batalha e agregando maior importância aos componentes humanos e informacionais.

O emprego cada vez mais comum de tropas do Exército Brasileiro em operações de garantia da lei e da ordem insere a Força Terrestre nesse complexo ambiente operacional. O emprego de tropas nas Operações Arcaño e São Francisco trouxeram muitos ensinamentos à doutrina militar terrestre. Nessas ocasiões, percebeu-se a importância das operações de informação como ferramenta para a conquista e manutenção de uma opinião pública favorável.


Nas comunidades da Penha, Alemão e Maré, as tropas empenhadas nas F Pac atingiram excelentes resultados absolutos no combate ao crime organizado, além de estabilizarem regiões que se encontravam sob total domínio das facções criminosas. A preservação da imagem da força e a percepção de seu emprego pela sociedade, porém, não alcançaram resultados esperados. Muitas foram as notícias depreciativas do emprego do Exército Brasileiro nas duas operações e o controle da narrativa não foi de total domínio das autoridades militares responsáveis durante o desenvolvimento das intervenções.

A atuação de uma grande mídia comprometida com uma ideologia política de esquerda, aliada ao descontrole de informações divulgadas por mídias alternativas, enfraqueceu o bom reflexo da atuação das tropas federais nas ocupações das comunidades. Além disso, as operações de informação não tiveram a devida atenção por parte daqueles que planejaram o emprego das unidades militares. Tais operações poderiam mitigar os efeitos negativos dos fatores expostos e maximizar os efeitos positivos alcançados.

A relevância da opinião pública no contexto dos conflitos é um fenômeno mundial, não sendo uma exclusividade do Brasil. Em março de 2003, os EUA entraram em uma guerra contra o Iraque. Nos anos iniciais do conflito, a guerra foi amplamente apoiada pela população norte-americana, o que influenciou de maneira positiva a reeleição de George W. Bush, do Partido Republicano em 2004. O prolongamento da presença militar naquele território e o aumento significativo de baixas

americanas, no entanto, mudaram a opinião pública, acarretando a derrota republicana nas eleições de 2008.

Assim, a busca pelo controle da narrativa durante as ações de GLO torna-se uma necessidade para conferir liberdade de ação para as tropas empenhadas. Como se percebe nos casos abordados neste trabalho, não basta combater o problema somente na expressão militar e apenas na dimensão física do ambiente operacional. Se a percepção da sociedade é negativa quanto à presença das tropas, a missão pode ser comprometida ou ter seus resultados ofuscados.

As operações militares desenvolvidas pelo Exército Brasileiro devem contemplar, em suas fases de planejamento e execução, as *capacidades relacionadas à informação* (CRI). As Op Info são essenciais para neutralizar as ameaças na dimensão informacional, não podendo os chefes decisores abdicarem de precioso instrumento integrador. Elas irão contribuir sobremaneira para o estado final desejado (EFD) de qualquer campanha militar, podendo degradar o poder de combate do oponente e proteger as unidades e instituições empregadas. 

Referências

ALVES, Diego Cunha de. **Estado e sociedade na Era da Informação**: a relação entre as transformações sociais e as novas tecnologias da informação na contemporaneidade. Disponível em <<https://monografias.brasescola.uol.com.br/historia/estado-sociedade-na-era-informacao-relacao-entre-as-transformacoes-sociais-novas-tecnologias.htm>>. Acesso em: 10 mar 2019.

ARAÚJO NETO, J.G. **A utilização das mídias digitais na sociedade midiaticizada**. 2009 (Apresentação de Trabalho/ Comunicação).

BRASIL, Agência. **Garantia da Lei e da Ordem**. Disponível em <<https://www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/garantia-da-lei-e-da-ordem>> Acesso em: 3 mar 2019.

BRASIL. Comando de Operações Terrestres. EB70-MC-10.212: **Operações Especiais**. 3. ed. Brasília, DF, 2017a.

BRASIL. Comando de Operações Terrestres. EB70-MC-10.223: **Operações** 5. Ed. Brasília, DF, 2017b

BRASIL. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. MD33-M-10: **Garantia da Lei e da Ordem**. 1. ed. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Estado-Maior do Exército. C101-5: **Estado Maior e Ordens**. 2. ed. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Estado-Maior do Exército. EB 20-MF-03.103: **Comunicação Social**. 2. ed. Brasília, DF, 2017c.

BRASIL. Estado-Maior do Exército. EB 20-MC-10.213: **Operações de Informação**. 1. ed. Brasília, DF, 2014.

CARVALHO, Mariana Freitas de; MATEUS, Cristielle Andrade. **Fake news e desinformação no meio digital**: Análise da produção científica sobre o tema na área de ciência da informação. V Encontro Regional dos Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Gestão e Ciência da Informação das Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul, UFMG, Belo Horizonte, MG, novembro, 2018.

CORRÊA, A. J. **Operações de Informações**: um antigo conceito com um novo paradigma. Coleção Meira Mattos, Revista das Ciências Militares, n. 27, 3º quadrimestre 2012. Rio de Janeiro: ECEME, 2012.

CORRÊA, T. G. **Contato imediato com a opinião pública**: os bastidores da ação política. São Paulo: Global, 1993.

DIZARD, Wilson. **A nova mídia**: a comunicação de massa na era da informação. 3 ed. Norte-americana, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2000.

DUGUAY, Rodrigo. **MÍDIA**. Material de Referência Teórica 01. Disponível em <https://duguay.com.br/uploads/arquivos/catolica_MIDIA_apostila001_HISTORICO.pdf> Acesso em: 5 mai 2019.

FERREIRA, Fernanda Vasques. **Raízes Históricas do Conceito de Opinião Pública em Comunicação**. Em Debate, Belo Horizonte, v.7, n.1, pp. 50-68, jan 2015.

FIASCHITELLO, Alberto. **Grande mídia: a mentira como norma**. Epoch Times. Disponível em <<https://www.epochtimes.com.br/grande-midia-mentira-como-norma>> Acesso em: 7 maio 2019.

FIGUEIREDO, Rubens; CERVELLINE, Sílvia. **Contribuições para o conceito de opinião pública**. Opinião Pública, Campinas, v. III, n. 3, pp. 171-185, dez 1995.

FORÇAS ARMADAS, Estado-Maior Conjunto das. **4º Ano consolidando a interoperabilidade entre as Forças Armadas**. Disponível em <https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/.../ffaagloviicedn.pdf> Acesso em: 18 mar 2019.

FORNER, Oscar Milton Cowley; SILVA, Maria Aparecida Ramos. **A mídia como arma de guerra durante a Segunda Guerra Mundial**. Universidade Federal da Paraíba, Temática, Ano XIII, v. 1, n. 4, pp.77-83, jan-jul 2013.

G1, Globo. **Homem morre em confronto com o Exército na Maré, Rio**. 12 abr 2014. Disponível em <<https://www.g1.globo.com/rio-de-janeiro/homem-morre-em-confronto-com-exercito-na-mare-rio>> Acesso em: 15 maio 2019.

G1, Globo. **Militares vão à delegacia após confronto e morte na Maré, no Rio**. 12 abr 2014. Disponível em <<https://www.g1.globo.com/rio-de-janeiro/militares-vaio-delegacia-apos-confronto-e-morte-na-mare-no-rio>> Acesso em: 20 maio 2019.

GUAZINA, Liziane. **O Conceito de Mídia na Comunicação e na Ciência Política: Desafios Interdisciplinares**. Revista Debates, Porto Alegre, v. 1, n. 1, pp. 49-64, jul-dez 2007.

IBGE, Agência. **PNAD Contínua TIC 2017: Internet chega a três em cada quatro domicílios do país**. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23445-pnad-continua-tic-2017-internet-chega-a-tres-em-cada-quatro-domicilios-do-pais>>. Acesso em: 14 mar 2019.

LIMA, Carlos Alberto de. **Os 583 dias da Pacificação dos Complexos da Penha e do Alemão**. Rio de Janeiro, Agência 2ª Comunicação.1. ed., 2012.

MENDES, C. A. K. **Considerações sobre a Força de Pacificação empregada no Rio de Janeiro**. Coleção Meira Mattos, Revista das Ciências Militares. v. 3, n. 27, 3º quadrimestre de 2012. ECEME: Rio de Janeiro.

PRADO, Amanda; LANNOY, Carlos de; MARTINS, Marco Antônio. **Defensoria apura denúncias contra militares do Exército durante operação no Complexo do Alemão**. 22 ago 2018 Disponível em <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/08/22/defensoria-apura-denuncias-contramilitares-do-exercito-durante-operacao-no-complexo-do-alemao.ghtml>> Acesso em: 10 mar 2019.

PRISCO, Abelardo de S. N. **O Emprego da Comunicação Social na Força de Pacificação do Complexo da Maré**. Estudo de Caso – mar 2015. Military Review pp.18 a 30. set-out 2015.

SILVA, Eliana Souza. **A ocupação da Maré pelo Exército Brasileiro: percepção de moradores sobre a ocupação das Forças Armadas na Maré**. Rio de Janeiro: Rede da Maré, 2017.

SOUZA, Bruno Dittz. **Exército Brasileiro nos Complexos do Alemão e da Maré: constitucionalidade ou inconstitucionalidade das operações de garantia da lei e da ordem**. UFJF, Faculdade de Direito, Juiz de Fora, MG, 2014.

VESTENA, Carla Luciane Blum. **O papel da mídia na formação da opinião pública: a contribuição de Bourdieu**. Revista Guairacá – Guarapuava, Paraná n. 24, pp. 9-22. 2008.

VIANA, Natalia. **Exército é acusado de matar inocentes em operações de segurança pública**. Exame. 10 nov 2018. Disponível em <<https://exame.abril.com.br/.../exercito-e-acusado-de-matar-inocentes-em-operacoes-de-seguranca-publica>> Acesso em: 4 maio 2019.

VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. São Paulo, Contexto, p. 40, 2009.